Trabalho apresentado no 24º CBCENF

Título: ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DE SAÚDE POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO CONTEXTO PANDÊMICO

Relatoria: Francisco Jardsom Moura Luzia

Autores: Neucilia Oliveira Silva
Josemara Barbosa Carneiro
Monaliza Ribeiro Mariano Grimaldi
Paula Marciana Pinheiro de Oliveira

Modalidade: Pôster

Área: Dimensão ético política nas práticas profissionais

Tipo: Pesquisa

Resumo:

Diante do aumento progressivo do número de casos de COVID-19, inúmeras informações passaram a ser veiculadas nos meios de informação visando a diminuição da propagação do vírus. No entanto, percebeu-se a inacessibilidade dessas informações para Pessoas com Deficiência Visual que por apresentarem limitações relacionadas a ausência sensorial da visão e utilizarem o meio tátil para auxílio da mobilidade, apresentam uma maior tendência de contaminação pelo vírus. Sendo assim, este estudo visa realizar uma reflexão acerca da importância da disponibilização de informações acessíveis ao público de Pessoas com Deficiência Visual durante a pandemia de COVID-19. Trata-se de um estudo descritivo de cunho reflexivo, derivado da análise de dados secundários da literatura. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, o Brasil aparece como o terceiro país no mundo com mais casos confirmados da doença desde o início do período pandêmico. Nessa perspectiva, considerando os dados mais atualizados referentes ao número de Pessoas com Deficiência no país, derivados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, 17 milhões de brasileiros relataram possuir alguma modalidade de deficiência, destes 3,4% relatou ter ausência parcial ou total da acuidade visual. Sendo assim, considerando a margem significativa de relatos de deficiência visual e o número significativo de casos confirmados, torna-se imprescindível que essas informações sejam acessíveis também a essa parcela da população. Considerando a disponibilidade de informações, observou-se que a maioria dos protocolos e manuais foram disponibilizados em sites e blogs que apesar de seguirem recomendações previstas na Lei Brasileira de Inclusão, ainda apresentaram inadequações no concernente a acessibilidade de informações às Pessoas com Deficiência Visual. Além disso, outras barreiras podem ser mencionadas, como as de comunicação e de acesso aos serviços de saúde, devido as medidas de contenção da propagação do vírus. Diante do exposto, faz-se necessário que o governo e os profissionais envolvidos na assistência ao público, como os enfermeiros, assumam papéis de responsabilidade pelo repasse de informações ao público de forma acessível, para que sejam reduzidos os riscos de contaminação.